

REQUERIMENTO Nº , DE 2020 – PLEN

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, **requeiro a Vossa Excelência que declare como não escrito o artigo 4º do PLV nº 23, de 2020, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória no 925, de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.**

JUSTIFICAÇÃO

Em 18 de março de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória no 925, de 2020, que “dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19”.

A norma, em síntese, tratou de três temas relativos a medidas emergenciais para a aviação civil brasileira durante a pandemia da covid-19: (i) permitiu a postergação de pagamentos à União das parcelas das outorgas de concessões aeroportuárias; (ii) alongou o prazo para reembolso de passagens aéreas de sete dias para um ano; e (iii) suspendeu as multas por cancelamento de passagens para os consumidores que aceitassem receber créditos junto à empresa aérea.

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, diversas emendas foram acatadas pelo relator, alterando substancialmente a redação originária. Nesse contexto, foram inseridas diversas matérias estranhas ao objeto original da Medida Provisória, que fazem mudanças permanentes nas relações entre os consumidores e as empresas do setor aéreo, não tendo qualquer relação com medida emergencial em razão da pandemia da covid-19.

Destaca-se o art. 4º do PLV 23, de 2020, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, dificultando de forma permanente, pedidos de indenizações por parte dos consumidores.



Pelas razões expostas, com fundamento no inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, e em homenagem ao devido processo legislativo, requiero a Vossa Excelência que declare como não escrito o artigo 4º do PLV no 23, de 2020.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 2020.



SF/20346.55926-78